

Núcleo de Inovação Tecnológica incentiva a pesquisa científica

A Política de Inovação do INCA, publicada na Portaria INCA nº 537 e respaldada pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, está em vigor. A coordenação desse trabalho é realizada pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que tem, dentre seus objetivos, a gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia do Instituto, e o incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Vinculado à Coordenação de Pesquisa, o NIT, já em atividade, irá atuar em várias frentes: na proteção da propriedade intelectual, na promoção de parcerias interinstitucionais para o intercâmbio de conhecimento e cooperação técnico-científica e na captação de recursos, por meio de alianças estratégicas intersetoriais, para fomentar a pesquisa e a inovação.

Segundo o coordenador substituto de Pesquisa, João Viola, o tema vem sendo discutido internamente há muito



João Viola: "O NIT nasce para orientar e proteger a produção científica do Instituto"

tempo, mas ganhou força nos últimos três anos. "O NIT nasce para orientar e proteger a produção científica do INCA. O objetivo é preservar o criador e a própria instituição. O Instituto gera conteúdo e conhecimento o tempo todo, e nunca houve, na sua história, uma política institucional de inovação", explicou.

O grupo reúne também representantes de outras coordenações, sob a liderança da analista em Ciência e Tecnologia da Pesquisa Jane Darley Vieira. Ela destaca que a Política de Inovação foi desenvolvida por servidores de diferentes áreas do Instituto. "O INCA, como instituição de ciência e tecnologia, precisa da política de inovação para promover a proteção intelectual e estimular o empreendimento das criações com potencial inovador. Estava faltando esta política para alavancar as ações de inovação do Instituto", afirmou.

CONTROLE DO TABACO

INCA contribui para Plano Nacional de Políticas sobre Drogas

O INCA entregou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no início do ano, um relatório com o panorama atual das iniciativas da instituição para o controle do tabagismo e recomendações de ações a serem realizadas pelo governo federal. O documento foi criado após o convite da Diretoria de Políticas Públicas e Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad), vinculada ao MJSP, para contribuir com a elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (Planad), no capítulo relacionado ao tabaco.

A Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Controle de Tabaco (CONICQ), a Divisão de Pesquisa Populacional e a Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco do INCA foram os setores responsáveis pela construção do texto. Nele, o Instituto ressalta que, embora o consumo de cigarros esteja caindo no País, é fundamental que se intensifique, por exemplo, o enfrentamento do contrabando desses



Felipe Mendes destaca que iniciativa fortalecerá a luta no combate ao contrabando

produtos. O relatório também sugere apoio econômico às famílias que sobrevivem do plantio de tabaco e recomenda ao Estado atenção às estratégias da indústria para atrair os jovens, o que inclui cigarros com sabores e os eletrônicos.

De acordo com o secretário executivo substituto da CONICQ, Felipe Mendes, a expectativa com o Planad é que o tabaco seja mais reconhecido como uma droga tão prejudicial quanto as ilícitas. Para ele, a iniciativa do MJSP e a parceria com o INCA fortalecerão as políticas de controle do tabagismo. "Na luta contra o contrabando, será fundamental o apoio da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, que fiscaliza e aplica penalidades às empresas de comércio virtual, onde muitos produtos ilegais são vendidos", afirmou.

O plano - que trata tanto de drogas ilícitas quanto lícitas, como álcool, tabaco e medicamentos controlados - deverá ser publicado como decreto presidencial ainda em 2021 e terá vigência de cinco anos.